Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Bloco do eu sozinho

O ingresso de Geraldo Alckmin no PSB, hoje, em Brasília, não terá muitos ex-colaboradores do ex-governador paulista. Seus maiores aliados dentro do PSDB não devem acompanhá-lo na empreitada.

Deixa quieto

Lula, que deve ser representado pela presidente do PT, Gleisi Hoffmann, não está nem aí para a turma de Geraldo. O que o ex-presidente deseja mesmo é a imagem do ex-governador paulista ao seu lado. Considera que isso é suficiente para dizer que o PT ampliou seu alcance junto ao eleitorado.

Enquanto isso, no PSDB...

Embora uma ala do partido tente balançar sua pré-candidatura ao Planalto, o governador de São Paulo, João Doria, já tem até marqueteiro. O publicitário Eduardo Fischer tem colaborado com a pré-campanha da mesma forma que as economistas Zeina Latif, Ana Carla Abrão colaboram na formatação do programa econômico junto com Henrique Meirelles nesta fase inicial.

Limão e limonada

Deltan Dallagnol não vai baixar o tom. Condenado a pagar uma indenização R$ 75 mil a Lula por causa do PowerPoint em que colocava o ex-presidente como o grande chefe do Petrolão, ele irá para a campanha de deputado federal com o discurso de que o Brasil está indo no caminho errado ao punir quem combateu a corrupção de "poderosos".

O foco de Bolsonaro

Dedicado a percorrer o país em entregas de programas e obras governamentais, o presidente Jair Bolsonaro (PL) tentará contornar a denúncia de favorecimento na distribuição de verbas da educação ao grupo ligado a pastores evangélicos. Embora a ala política considere arriscado manter o ministro da Educação Milton Ribeiro, o presidente não cogita afastá-lo. Se for para sair, será em meio a reforma ministerial, daqui a nove dias, quando saem os ministros-candidatos. Assim, a saída fica diluída em meio aos pré-candidatos aos governos estaduais, Senado ou Câmara.

No governo, prevalece a visão de que faz parte do jogo a oposição acionar o Supremo Tribunal Federal (STF), pedir CPI e por aí vai. O governo cogita abrir uma investigação interna antes de qualquer medida mais drástica. O que vai pesar nesses nove dias até a saída dos ministros-candidatos é a posição da bancada evangélica que, até aqui, não pediu o afastamento de Milton Ribeiro.

Bolsonaro, hoje, se manterá focado no que lhe interessa: irá a Quixadá, no Ceará, para uma solenidade de abastecimento de água a pequenos municípios. E em todas as oportunidades, ele tem dito que, no seu governo, não tem corrupção.

CURTIDAS

Horário político/ A tal indenização que Deltan terá que pagar a Lula vai virar discurso no PT. Já tem petista pensando em pedir um cheque assinado por ele para exibir no horário eleitoral.

Ed Alves/CB/D.A Press

Michele na pré-campanha/ A viagem a Porto Nacional para o lançamento do DNA Brasil no Tocantins marcou a estreia da primeira-dama, Michele Bolsonaro **(foto)**, na pré-campanha pela reeleição do marido. Ela recebeu flores pelo aniversário, conversou com crianças e ainda pediu silêncio para ouvir a oração feita por um jovem portador de necessidades especiais.

As lembranças de Pedro/ Para quem garante que não é candidato, o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, não perde a oportunidade de fazer os comerciais do governo. Em Porto Nacional, lembrou que, no passado, tinha gente na CEF com milhões escondidos em apartamento e até com a mãe. Referia-se ao ex-vice-presidente da Caixa e ex-ministro Geddel Vieira Lima, que serviu aos governos Lula, Dilma e Michel Temer e, agora, vive em prisão domiciliar.

Economia/ Hoje tem lançamento de livro no Instituto de Direito Público (IDP). *A nova regulação econômica*, trabalho da subsecretária de Defesa Comercial e Interesse Público da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Amanda Athayde Linhares Martins Rivera, do consultor legislativo do Senado Fernando Meneguin, do professor de Direito da FGV e do IDP, Luciano Timm, e da advogada Maria Carolina França, sócia do escritório CMT Advogados.

COMBUSTÍVEIS

ICMS: mais 90 dias congelado

Governadores mantêm percentuais para gasolina, etanol e gás. Sobre o diesel, adotaram alíquota única, conforme a Lei 192

» CRISTIANE NOBERTO

Os estados e o Distrito Federal manterão congelado, por mais 90 dias, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre gasolina, etanol e gás de cozinha (GLP). A decisão foi tomada, ontem, na reunião do Fórum de Governadores, realizada no Palácio do Buriti, em Brasília. A medida, adotada em novembro do ano passado, expiraria em 31 de março.

Os governadores decidiram, ainda, aplicar a alíquota única sobre o diesel, conforme a Lei Complementar 192/22, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), na semana passada. Segundo o coordenador do Fórum, Wellington Dias (PT-PI), até amanhã o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal (Comsefaz) se reunirá para apresentar ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) uma resolução para que possam definir a tributação nacional sobre o óleo.

A adoção da alíquota, conforme previsto na lei, poderá levar à redução de R$ 0,21 no preço do litro do diesel. Porém o impacto geral seria um problema. "Chegaria a R$ 30 bilhões (para os estados). Por essa razão, é preciso encontrar uma forma de repactuar (com o governo federal). É como se tivesse um plano para desequilibrar estados e municípios. É fácil adotar medidas criando problemas para os outros. Só que esse problema não é para o governador, é para o povo", criticou o governador Wellington Dias (PI), coordenador do fórum.

Por conta disso, o colegiado decidiu ingressar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar o artigo 7 da Lei 192/22. "(O artigo 7) faz uma usurpação dos poderes dados pela Constituição Federal, no artigo 55, aos secretários de Fazenda. São eles quem tratam dos tributos que dizem respeito aos estados. Fere, ainda, o artigo 18 da CF, que trata do Pacto Federativo, por se tratar de uma medida unilateral realizada pela União", acrescentou Dias.

Tarifa média

A formação de uma tarifa de ICMS cuja base seria a média dos preços dos últimos cinco anos foi a forma encontrada pelo governo para se evitar uma medida de transição. A dificuldade dos secretários de Fazenda, agora, é encontrar um percentual adequado a cada estado para que não haja pesados repasses nos preços dos combustíveis e do GLP nem perda drástica de arrecadação.

Por causa disso é que os governadores defendem a criação do fundo de estabilização, tal como no Projeto de Lei 1472/21, aprovado pelo senado, que cria um sistema de bandas de preços para limitar o reajuste dos derivados de petróleo.

Outro ponto de discussão no encontro de ontem foi a redução, de 25%, incidente sobre vários produtos, do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), promovida pelo governo. Dias lembrou que o tributo representa uma grande fatia da arrecadação de estados e municípios. "É uma ameaça concreta aos estados e municípios", afirmou.

Para o governador do Piauí, em vez de o governo federal ficar fazendo remendos tributários, que entram em rota de colisão com as gestões estaduais e municipais, o melhor seria apoiar a Reforma Tributária em tramitação no Senado.

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Dias (com Ibaneis): "É como se tivesse um plano para desequilibrar estados e municípios"

Imposto zerado para o etanol

» DEBORAH HANA CARDOSO
» LUANA PATRIOLINO

O governo federal decidiu zerar os impostos sobre a importação de etanol até 31 de dezembro. Segundo o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys, a expectativa é baratear a gasolina nas bombas em até R$ 0,20/litro, devido à mistura com o álcool automotivo.

Mas não foi apenas o etanol que teve a tributação zerada. Café moído, margarina, queijo, macarrão, óleo de soja e açúcar também receberam o mesmo benefício. De acordo com o ministério, trata-se de uma iniciativa para amenizar a pressão inflacionária devido à guerra no Leste Europeu. Os produtos escolhidos fazem parte da cesta básica.

O ministério deve publicar ainda hoje a portaria para que passe a vigorar. Porém, setores do governo temem que a isenção de impostos seja judicializada por ser vista como benefício eleitoral.

Sobre isso, aliás, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu não analisar a consulta formulada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre a adoção de medidas, como redução de impostos federais, para mitigar o impacto dos preços nos postos de combustível no ano eleitoral. Para o ministro-relator, Carlos Horbach, a consulta do governo sofre de falta de "abstração e objetividade". Para ele, a amplitude das perguntas pode fazer com que o TSE dê respostas também amplas, que esbarrem em questões a serem tratadas pela Corte.

Bolsonaro terceiriza inflação

» INGRID SOARES
» RAPHAEL FELICE

O presidente Jair Bolsonaro (PL) atribuiu a alta da inflação aos governadores e à guerra na Ucrânia. Segundo ele, o país vive uma conjuntura na qual se somam a subida da cotação internacional do petróleo — que impacta no preço dos combustíveis — aos efeitos remanescentes do afastamento social adotado por várias unidades da Federação durante a pandemia de covid-19.

"Temos tudo para mudar o destino do Brasil. Reconheço os problemas que temos enfrentado: inflação dos alimentos, de preços de combustíveis. Consequência daquela política do 'fique em casa, a economia a gente vê depois'. É consequência também de outros fatores, como a guerra a 10 mil km daqui. Mas o povo brasileiro é forte. Dou, da minha parte, a vida por vocês. Se Deus quiser, brevemente, voltaremos à normalidade", disse, ao verificar as às obras de construção da Ponte de Xambioá (TO).

Mas não é apenas Bolsonaro que está incomodado com a subida da inflação, empurrada, em parte, pelo aumento dos combustíveis. O Congresso também quer explicações da Petrobras sobre a política da empresa de alinhamento às cotações internacionais do petróleo e, também, a respeito da distribuição de dividendos em plena crise mundial devido à invasão russa da Ucrânia.

"Avaliava, nesta manhã (ontem), a questão do preço do barril do petróleo, a redução do câmbio sem que haja reflexo no combustível da refinaria, distribuidoras e dos postos de combustível. Alguma coisa está errada e precisa ser esclarecida", disse o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), endossando a convocação do presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, para falar sobre o pagamento de dividendos.

O general foi chamado a ser explicar à Comissão de Infraestrutura do Senado a pedido do senador Jean Paul Prates (PT-RN), que é o relator dos dois projetos do chamado pacote dos combustíveis. O lucro da estatal, em 2021, foi de aproximadamente R$ 106 bilhões.